



Número: **0800539-32.2017.8.15.0231**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Mamanguape**

Última distribuição : **24/04/2017**

Valor da causa: **R\$ 13500.0**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO
AUTOR	JOSEMAR EDVALDO DA SILVA
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75096 71	24/04/2017 14:49	SCAN 20170424 144128338	Outros Documentos
92685 77	18/08/2017 14:57	Despacho	Despacho
19462 826	26/02/2019 07:10	Certidão	Certidão



SECRETÁRIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE
DIVISÃO MÉDICA

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS
PACIENTE: Josemar Edvaldo da Silva
DATA DE NASCIMENTO: 09/06/1986
NOME DA MÃE: Cosma Maria Deodato da Silva

DADOS EXTRAÍDOS
BAM Nº: 127703
DATA DE ENTRADA: 19/06/2016
HORA DO ATENDIMENTO: 17:27hs
DADOS COLHIDOS FIELMENTE DO PRONTUÁRIO MÉDICO

AVALIAÇÃO INICIAL: Paciente vítima de colisão moto-moto, evoluindo com dor e edema em joelho direito; apresenta edema volumoso em face; apresenta múltiplas queimaduras pelo corpo de 1º grau; paciente transferido para Hospital de Trauma (Hospital de Referência).

EXAMES REALIZADOS: Exame médico geral.

DATA DA EMISSÃO: 15/12/2016

Dra Tatiane Alves
CRM/PB 8261
Diretora Médica
Hospital Geral de Mamanguape
Dra Tatiane Alves

Atenção: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO E CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.

PROCURAÇÃO "AD- JUDÍCIA ET EXTRA"

Outorgante: João Maria Fidalgo da Silva
Nacionalidade: Brasileira, Profissão Agricultor, Estado Civil: Solteiro,
CPF nº 086.019.884-25, Carteira de Identidade nº 3.005.963 Endereço: Sítio Lagoa
da Galiz, s/n - Centro, Cidade: Ante de Hammangape
Estado: Paraíba.

OUTORGADA: A Advogada JOSEANE FELICIANO, OAB/PB 13.30, com endereço profissional na Av. Camilo de Holanda, 475, Sala 102, Centro, João Pessoa, Paraíba.

PODERES: Amplos e limitados para o foro em geral, com cláusula "ad - judícia et extra", na instância administrativa e/ou judicial, podendo propor contra quem de direito, a competente ação, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber dar quitação, agindo em Juízo ou fora dele, dando por bom, firme e valioso.

Sapé/PB, 02 de maio de 2017.

João Maria Fidalgo da Silva

OUTORGANTE

COSMA MARIA DEODATO DA SILVA
SIT LAGOA DO FELIX, S/N - CENTRO
CUIDE DE MAMANGUAPE / PB CEP: 66289000 (AG 14)

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BARRACADA MONOFÁSICO
Roteiro: 9 - 259 - 869 - 2940
Nº medidor 00009447368

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 26 - Cristó Redentor - João Pessoa / PB - CEP 56071-880
CNPJ 09 095 183/0001-40 - Ins. Est 16 015 823-0

Neta Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000 651 119
Código para Débito Automático: 00002884716

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora) 6/288471-6

Canal de contato

Fev / 2017

Apresentação

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

13/02/2017

Data prevista da próxima leitura

16/03/2017

CPF/CNPJ/RANI

7351489411
Faturas em atraso
23/01/2017 34,15

Anterior Atual Constante Consumo Dias

Data	Leitura	Data	Leitura			
18/01/17	4238	13/02/17	4300	1	62	28
Demonstrativo						
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)			
Consumo até 30kWh-BR	30	0,14823	4,44			
Consumo - 31 a 100kWh-BR	32	0,25411	8,13			
Subsídio			14,72			
ICMS			9,90			
PIS			0,43			
COFINS			1,99			
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
JUROS DE MORA 08/2016			2,11			
MULTA 08/2016			0,83			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 08/2016			0,37			
Devolução Subsídio			-14,72			

Histórico de Consumo (kWh)

Jan/17 72
Dez/16 63
Nov/16 70
Out/16 61
Set/16 63
Ago/16 72
Jul/16 88
Jun/16 86
Mai/16 88
Abr/16 83
Mar/16 80
Fev/16 88

Média dos últimos meses 77

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	38,61	25,00	9,90
PIS	38,61	1,0868	0,43
COFINS	38,61	5,0368	1,99

VENCIMENTO 20/02/2017 TOTAL A PAGAR R\$ 28,20

a82a.b064.b9f4.e618.3728.1c35.3bbf.2d44.

Indicadores de Qualidade 12/2016 - Sapé

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL 12,78	0,24	NOMINAL 220	Serviços de Dist. da Energia e PD	4,77	16,91
DIC TRIMESTRAL 25,52			Compra de Energia	5,58	19,92
DIC ANUAL 51,05			Serviço de Transmissão	0,33	1,17
FIC MENSAL 7,97	1,00	CONTRATADA	Encargos Sociais	1,88	6,67
FIC TRIMESTRAL 15,94		LIMITE INFERIOR 202	Impostos Diretos e Encargos	15,83	56,43
FIC ANUAL 31,88		LIMITE SUPERIOR 231	Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC 8,98	0,24		Total	28,20	100,00
DICRI 16,80					

Valor do EUSD (Rat. 12/2016): R\$ 6,72

ATENÇÃO

REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 28/02/2017. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade de devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere essa mensagem. Fatura sujeita à inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. Sua unidade foi faturada como Barracada, tendo um desconto de R\$ 14,72.

PARAIBA

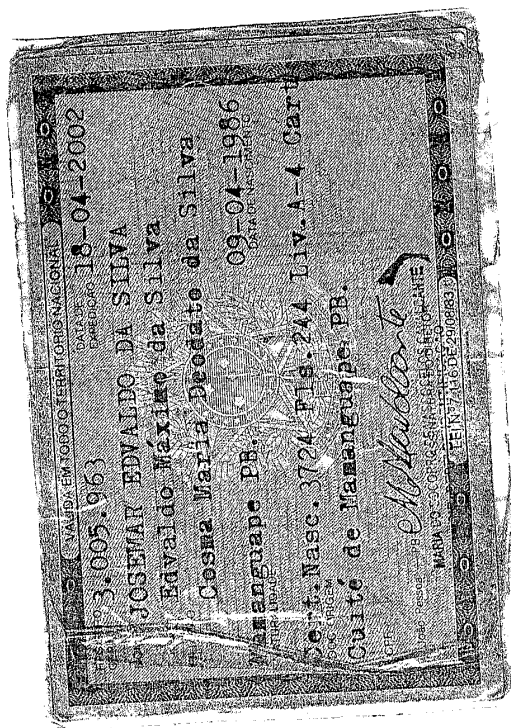
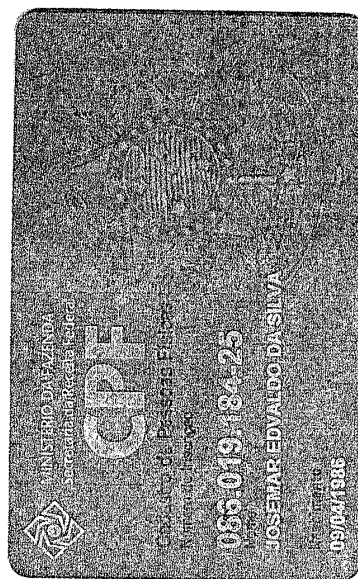
Roteiro: 9 - 259 - 869 - 2940
Matrícula: 288471-2017-02-4

VENCIMENTO TOTAL A PAGAR

20/02/2017 R\$ 28,20

83660000000-1 28200054000-9 02884712017-8 02402590019-2





Citil nota

Vistos, etc.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, **deixo para o momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação** (CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM), especialmente, considerando que é facultada a conciliação às partes em qualquer momento do processo.

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ocasião em que poderá apresentar tudo o que interesse a sua defesa, além de preliminares, incompetência relativa, incorreção do valor da causa e indevida concessão de justiça gratuita.

A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos arts. 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no art. 340 do CPC.

Transcorrido o prazo concedido para a defesa e sendo esta apresentada, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, **apresentar impugnação**, CASO seja(m) lançada(s) (I) preliminares¹, (II) defesa indireta de mérito² ou (III) juntada de documentos³, permitindo-lhe a produção de prova (itens I, II e III), ou a impugnação correspondente (item III).

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado/carta.

Mamanguape, 18 de agosto de 2017

Shirley Abrantes Moreira Régis

Juíza de Direito

Certifico e dou fé que, até a presente data não foi devolvido o AR provindo dos correios, sendo assim, diante do grande lapso temporal renovo a expedição da carta de citação.